

**HABEAS CORPUS Nº 510.421 - SC (2019/0138615-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS - SP349735  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JEFERSON PAULO SCHNOOR (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de JEFERSON PAULO SCHNOOR, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do Agravo em Execução n. 0002988-85.2019.8.24.0033.

Extrai-se dos autos que o Juízo das execuções reconheceu a prática de falta grave pelo apenado, aplicando-lhe as sanções legais cabíveis.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

*AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – COMETIMENTO DE FALTA GRAVE (DESOBEDIÊNCIA) DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME FECHADO – PAD HOMOLOGADO – RECURSO DEFENSIVO. PRELIMINAR AVENTADA NECESSIDADE DE OITIVA DO REEDUCANDO EM AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO, NOS MOLDES DO ART. 118, § 2º, DA LEP – PRESCINDIBILIDADE OITIVA DURANTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO, COM A PRESENÇA DE DEFENSOR PÚBLICO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – VÍCIO NÃO CONSTATADO.*

*Mostra-se prescindível a realização de audiência de justificação nos casos em que foi assegurado ao executado o direito ao contraditório e à ampla defesa em procedimento administrativo regular.*

*NULIDADE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA – NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NA QUESTÃO MATERIAL – INVIABILIDADE – PODER JUDICIÁRIO RESTRITO AO CONTROLE DE LEGALIDADE DO ATO PROFERIDO PELO AUTORIDADE COMPETENTE E À APLICAÇÃO DA SANÇÃO – EXEGESE DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL – DECISÃO ESCORREITA.*

*Cabe ao magistrado somente o controle de legalidade do indispensável procedimento administrativo disciplinar e a imposição das sanções que contam com cláusula de reserva de jurisdição, sendo assim vedada a incursão judicial no mérito administrativo (TJSC, Agravo em Execução Penal n.*

*0008424-26.2017.8.24.0023, rel. Des. Sérgio Rizelo, j. em*

13.06.2017).

*ALMEJADA ANÁLISE DAS PROVAS DO PAD – AUSÊNCIA DE ELEMENTO PARA FIRMAR A AUTORIA OU PARTICIPAÇÃO DO REEDUCANDO – IMPOSSIBILIDADE – APROFUNDAMENTO VEDADO AO PODER JUDICIÁRIO QUANDO DEMONSTRADA O ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL – HOMOLOGAÇÃO MANTIDA.*

*Diante da restrita esfera de aprofundamento judicial acerca do decisório do diretor prisional, ligado apenas ao exame de aspectos de controle de legalidade, tem-se como inviável, segundo a normativa vigente, a incursão no enredo do mérito administrativo.*

*RECURSO DESPROVIDO* (fls. 65/66).

No presente *mandamus*, sustenta a impetrante ser equivocado o entendimento adotado no acórdão atacado de que, em procedimentos administrativos disciplinares para apuração de falta grave, o controle jurisdicional restringe-se à análise da legalidade do procedimento administrativo conduzido pela autoridade administrativa. Argumenta que tal entendimento viola o princípio constitucional de inafastabilidade do controle jurisdicional. Aduz que houve negativa de prestação jurisdicional em razão de ausência de apreciação da tese defensiva de desclassificação da falta grave para falta leve.

Requer, assim, em liminar, a suspensão dos efeitos da decisão que homologou a falta grave até o julgamento do presente *writ*, no mérito, pede seja declarada a nulidade do aresto proferido pela Corte de origem, com a determinação de "*que proceda a novo julgamento, dessa feita apreciando a integralidade das teses defensivas*" (fl. 14).

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 79/81). As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 89/94 e 95/128).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* e, no mérito, pela denegação da ordem (fls. 134/141).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Conforme relatado, busca-se, na presente impetração, seja determinada ao Magistrado de primeiro grau que proceda a reanálise da configuração da falta grave.

Na hipótese dos autos, ficou apurado no PAD, que o paciente descumpriu o dever de obediência a servidor (art. 39, inc. I e II, c/c o art. 50, inc. VI, ambos da Lei de Execuções Penais) (fl. 90).

Ao homologar a falta grave, o Juízo da Execução Penal determinou a perda de 1/3 dos dias remidos até a data da falta grave e alterou a data-base para fins de progressão, *in verbis*:

*"Vieram os autos conclusos para a análise do procedimento administrativo disciplinar juntado às fls. 405/415.*

*Instado, o representante do Ministério Público opinou pela homologação do procedimento e reconhecimento da falta grave.*

*A Defesa que já havia se manifestado na fase administrativa, reiterou o requerimento de não homologação do PAD, por inexistir provas concretas contra o apenado (fls. 416/418 e 443/448), bem como requereu a designação de audiência de justificação.*

**DECIDO**

***I. Da falta grave***

*Inicialmente, cabe destacar o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que a audiência de justificação prévia é prescindível para o reconhecimento da falta grave, desde que respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa em sede administrativa - penitenciária, uma vez que já garantida a oitiva do apenado, na presença de seu defensor, em procedimento administrativo disciplinar.*

*(...)*

*Dessa forma, verifico que deve ser afastada a alegação de nulidade por ausência de realização de audiência de justificação.*

*Dito isto, infere-se dos autos que, em 05/03/2017, no curso da execução da pena, o sentenciado supostamente cometeu fatos definidos como falta grave.*

*Encerrada a instrução do PAD, a Autoridade Prisional acolheu parecer do Conselho Disciplinar e reconheceu o cometimento da falta grave (fls.414/415).*

***No caso presente, o procedimento administrativo disciplinar foi absolutamente hígido e a autoridade administrativa, competente para discutir o mérito do incidente, concluiu pelo reconhecimento da falta grave.***

***Registre-se que os arts. 47 e 48 da LEP estabelecem que, no âmbito da execução penal, a apuração da conduta faltosa, a sua conseqüente subsunção à norma legal determinando se ela foi leve, média ou grave e a eventual aplicação de sanção disciplinar são atribuições exclusivas do diretor do estabelecimento prisional.***

***O juízo da execução exerce tão somente competência***

***suplementar, ou seja, na aplicação das sanções cominadas à falta grave sujeitas à reserva de jurisdição, além do controle de legalidade dos atos e decisões proferidas no PAD.***

*Não é permitido ao Juiz da Execução Penal adentrar em matéria de competência exclusiva da autoridade administrativa, ou seja, discordar do mérito das decisões das comissões disciplinares nos PADs, sob pena de violação do princípio da legalidade.*

*Portanto, inexistindo qualquer mácula no PAD, sua homologação é medida que se impõe.*

*Ainda, em se tratando de falta grave, como na hipótese, a aplicação das sanções legais além das administrativas já cominadas é imperativa, diante do seu alto grau de reprovabilidade.*

### ***I.II – Da perda dos dias remidos***

*Nos termos do art. 127 da LEP, em "caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar".*

*Por sua vez, dispõe o art. 57 da LEP, que: "Na aplicação das sanções disciplinares, levar-se-ão em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as conseqüências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão".*

***Conforme consta no art. 39, I e II, da LEP se trata de dever do preso o comportamento disciplinar, cumprimento fiel da sentença e obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se. Inclusive a Disciplina constitui topologicamente seção específica da Lei de Execuções Penais, reforçando a idéia de submissão à ordem, na forma do art. 44.***

*A importância da disciplina é tamanha, que o próprio art. 52, traz regramento diferencial para aquele que comete crime doloso quando ocasiona subversão da ordem ou disciplina internas, sendo o caso primário de aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado.*

*Considerando o exposto, observando ainda precedentes do TJ-SC que em casos de falta grave por subversão aplicaram a perda de dias remidos nos seu grau máximo, ante a conseqüência da falta, observando ainda os fatores desabonadores do art. 57, deve-se declarar a perda de 1/3 dos dias remidos.*

***Deixo de decretar a perda de dias remidos, tendo em vista que, até o presente momento, o apenado não possui remição.***

*Da mesma forma, em observância ao contido no art. 118, I, da LEP, "a execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave".*

***No entanto, considerando que o apenado já se encontra cumprindo a pena atualmente em regime fechado, não há que se falar em regressão.***

### ***III - Conclusão:***

*Ante o exposto, HOMOLOGO o procedimento*

*administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº 076/2017 e, em consequência:*

**a) Considerando que o sentenciado já se encontra no regime mais rigoroso, determino a alteração da data-base, para fins de progressão, para o dia do cometimento da falta grave, qual seja, 05/03/2017.**

**b) Deixo de decretar a perda de dias remidos, tendo em vista que, até o presente momento, o apenado não possui remição.**

**c) Declaro que resta ao apenado cumprir 8 anos, 7 meses e 8 dias de sua pena, desse montante 5 anos, 7 meses e 10 dias referem-se a condenação por crime equiparado a hediondo, e 2 anos, 11 meses e 28 dias decorrentes de condenação por crime comum, a contar da data-base.**

*Tendo em vista a homologação do PAD e levando em consideração somente o requisito objetivo, a progressão de regime está prevista para 01/12/2019 e o término da pena para 12/10/2025, salvo futuras remições (fls. 91/94).*

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a decisão de primeiro grau sob a seguinte fundamentação:

***Destaca-se que o procedimento administrativo disciplinar foi instaurado no dia 21.03.2017 para a apuração da prática de falta grave, consistente em desobediência, uma vez que, durante procedimento de revista pessoal na cela D20, o apenado se negou a entregar a cueca e, solicitado pela segunda vez, jogou a cueca no rosto do supervisor Thiago, ameaçando-o de morte (fl. 407 na origem).***

***1. Da ausência de audiência de justificação***

*Inicialmente a defesa pugna pela decretação da nulidade do decisor, em razão da falta realização de audiência de justificação prévia, nos termos do art. 118, § 2º da LEP.*

*Ocorre que, não há que se falar em nulidade decorrente da falta de realização da audiência prevista no art. 118, § 2º, da LEP, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça vem reiterando posicionamento acerca da prescindibilidade da realização de audiência de justificação nos casos em que foi assegurado ao executado o direito ao contraditório e à ampla defesa, em procedimento administrativo regular (...)*

***Na espécie, segundo é possível extrair dos autos de origem (nº 0001845-11.2014.8.24.0074), o apenado teve assegurado o direito de defesa ao ser ouvido no processo administrativo instaurado, inclusive com defensor público (fls. 416-418 na origem).***

***Logo, não há que se falar em nulidade, uma vez que assegurada a garantia do contraditório e ampla defesa.***

***2. Princípio da inafastabilidade e insuficiência probatória para homologação do PAD***

*A defesa sustenta que o Poder Judiciário não pode se restringir a verificar tão somente o aspecto formal do Procedimento*

*Administrativo Disciplinar, sob afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. Firmado neste pensar, sustenta a necessidade de revistar as provas do procedimento para vislumbrar a ausência de autoria ou participação do apenado.*

*Tendo em vista o enlace das questões - as quais firma-se unicamente, na verdade, no papel do Poder Judiciário nesta matéria -, analisar-se-ão de forma conjunta.*

*Consoante o entendimento consolidado no âmbito dos tribunais pátrios, a competência para apuração e reconhecimento de falta grave no âmbito da execução penal é do diretor da unidade prisional, cabendo ao magistrado somente o controle de legalidade do indispensável procedimento administrativo disciplinar e a imposição das sanções que contam com cláusula de reserva de jurisdição, sendo assim vedada a incursão judicial no mérito administrativo (TJSC, Agravo em Execução Penal n. 0008424-26.2017.8.24.0023, rei. Des. Sérgio Rizelo, j. em 13.06.2017).*

*Com efeito, consoante estabelecido pelo STJ, junto ao teor de julgado submetido ao rito dos recursos repetitivos (REsp n. 1.378.557/RS, rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, j. 23.10.2013), forte no conteúdo dos arts. 47 e 48 da LEP, o poder disciplinar na execução da pena será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado, de maneira que a atribuição de apurar a conduta faltosa do detento, assim como a realização da subsunção do fato à norma legal (vale dizer, o exercício do juízo de valoração no sentido de corresponder a ação à uma falta leve, média ou grave) é do diretor do ergástulo.*

*Assim, a regra geral estabelecida na Lei de Execução Penal é que a sanção disciplinar seja aplicada pelo diretor do estabelecimento prisional, bem como a necessidade ou não de realização de prova, ficando a cargo do magistrado competente da execução penal apenas e estritamente algumas medidas, tais como, a regressão de regime (art. 118, I), a revogação de saída temporária (art. 125), a perda dos dias remidos (art. 127) e a conversão de pena restritiva de direitos em privativa de liberdade (art. 181, § 1º, d, e § 2º). Mas, antes dessa representação, o diretor do presídio deve apurar a conduta do detento, identificá-la como falta de natureza leve, média ou grave, aplicar as medidas sancionatórias de sua competência, no exercício do poder disciplinar, e, somente concluído isso, quando ficar por ele constatada a prática de falta disciplinar de natureza grave, comunicar ao juiz da Vara de Execuções Penais para que decida a respeito das referidas sanções de sua competência, sem prejuízo daquelas já aplicadas exclusivamente pela autoridade administrativa.*

*Dessa forma, na esteira do solidificado no respectivo julgado, 'todo o 'processo' de apuração da falta disciplinar (investigação e subsunção), assim como a aplicação da respectiva punição, é realizado dentro da unidade penitenciária, cuja responsabilidade é do seu diretor, porquanto é quem detém o exercício do poder disciplinar. Somente se for reconhecida a prática de falta disciplinar de natureza grave pelo diretor do estabelecimento prisional, é*

*que será comunicado ao juiz da execução penal para que aplique determinadas sanções, que o legislador, excepcionando a regra, entendeu por bem conferir caráter jurisdicional. Portanto, a competência do magistrado na execução da pena, em matéria disciplinar, revela-se limitada à aplicação de algumas sanções, podendo, ainda, quando provocado, efetuar apenas controle de legalidade dos atos e decisões proferidas pelo diretor do presídio, em conformidade com o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (CF, art. 5º, inc. XXXV)".*

*Sendo assim, se o juiz da execução penal verificar a legalidade do procedimento administrativo disciplinar, deverá homologá-lo (...) considerando a restrita esfera de aprofundamento judicial acerca do decisório do diretor prisional, ligado apenas ao exame de aspectos de controle de legalidade e, sobretudo, a inviabilidade na incursão no enredo do mérito administrativo.*

*Com base nessas ponderações, registra-se que o ato jurisdicional obedeceu os ditames legais, uma vez que, verificada a legalidade do ato, com observância do estrito cumprimento do devido processo legal no âmbito administrativo, homologou a conclusão do Diretor da Penitenciária de Itajaí (fls.451-454 da origem) pelo reconhecimento da falta grave, sem mácula verificada. Até porque, em matéria disciplinar no âmbito da execução penal, cabe ao magistrado "efetuar apenas controle de legalidade dos atos e decisões proferidas pelo diretor do presídio, em conformidade com o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (CF/1988, art. 5.º, inciso XXXV)"(STJ, REsp n. 1.378.557/RS, rei. Min. Marco Aurélio Bellizze, j. em 23.10.2013, sob a sistemática dos recursos repetitivos).*

*Ademais, fica evidenciada a latente objeção da parte em pôr em rediscussão no presente recurso o mérito da decisão tomada pelo diretor do estabelecimento (arrazoando para tanto a respeito do afastamento do reconhecimento da falta grave, porquanto ausente o envolvimento do apenado na desobediência declarada), o que, como visto, mostra-se inadvertido no âmbito do Poder Judiciário, ainda mais observando-se a lisura do procedimento administrativo e a ausência de qualquer ilegalidade a ser ressaltada, onde foi respeitada a ampla defesa da parte agravante, representada naquele momento pela presença da Defensoria Pública estadual e na defesa juntada às fls. 416-418 da origem, culminando na conclusão da prática de falta grave de sua parte.*

*Assim sendo, inexistindo máculas a serem ressaltadas por meio de controle de legalidade por parte do Poder Judiciário, mas, afinada a pretensão da parte em notadamente rediscutir e invadir o mérito da decisão tomada pelo diretor do presídio - o que, consoante já dito, mostra-se impossibilitado - o presente agravo, de certo, não é merecedor do prestígio que almeja o recorrente, até porque se os órgãos da administração prisional, a cuja competência se atribui a tanto, entenderam pela existência de provas suficientes da violação ao art. 50, VI, da LEP, após o procedimento disciplinar no qual foram garantidos*

*o contraditório e a ampla defesa, a decisão que homologou o procedimento deve ser mantida* (fls. 68/73).

Inicialmente, cumpre ressaltar que esta Corte Superior de Justiça já se posicionou no sentido de que as esferas administrativa e judicial são independentes e autônomas, o que garante a aplicação de sanção no PAD, desde que respeitado o contraditório e a ampla defesa, sujeitando-se as decisões administrativas ao crivo homologatório do Juízo da execução.

Na hipótese dos autos, o Magistrado de primeiro grau afirmou que foi instaurado PAD para apuração da falta grave, onde foram assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo o paciente assistido por defesa técnica (defensor público) em todos os atos do procedimento, não havendo qualquer violação ao devido processo legal.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. TENTATIVA DE FUGA DO PRESÍDIO. PRÁTICA, EM TESE, DE CRIME DOLOSO (DESTRUIÇÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO). ABSOLVIÇÃO NO JUÍZO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE DOLO. REPERCUSSÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*  
(...).

2. *Independências das instâncias: a absolvição criminal só afasta a responsabilidade administrativa e/ou civil quando restar proclamada a inexistência do fato ou de autoria, considerando a independência das três esferas de jurisdição.*

3. *No caso concreto, o paciente foi absolvido por ausência de dolo, que não exclui a culpa administrativa e/ou civil, devendo o agente ser responsabilizado pela sua conduta ilícita.*

4. *A independência mitigada das jurisdições permite o apenamento como infração disciplinar de fato objeto de absolvição penal, ressalvadas as hipóteses de negativa do fato ou da autoria. (MS 13.134/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2015, DJe 02/10/2015).*

5. *Além do mais, a anotação administrativa também decorreu do fato de que o paciente tentou fugir do estabelecimento prisional, o que caracteriza, por si só, falta grave, nos termos do art. 50, II, da Lei de Execução Penal. Falta grave reconhecida em regular sindicância administrativa.*

6. *Habeas corpus não conhecido* (HC 396.390/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 29/08/2017)

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.*



EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. NULIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ARGUIÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. ART. 563 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APENADO INTERROGADO NA PRESENÇA DE DEFENSOR PÚBLICO. SÚMULA 533/STJ. PRÉVIA OITIVA JUDICIAL. PRESCINDIBILIDADE. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. ABSOLVIÇÃO/DECLASSIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO GRAVE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DA ANÁLISE EM SEDE DE HABEAS CORPUS. PERDA DE ATÉ 1/3 DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO DEVIDA. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em nulidade do procedimento administrativo disciplinar diante da falta de citação do agravante e de oportunização de apresentação da defesa prévia, bem como da ausência do apenado na audiência de inquirição das testemunhas, uma vez que foi interrogado na presença da defesa técnica, tendo-lhe sido garantidos, dessa forma, o contraditório e a ampla defesa. Verifica-se, ademais, que a defesa não aventou qualquer nulidade no momento oportuno, ocorrendo, assim, o fenômeno da preclusão.

2. No Processo Penal, cumpre a quem alega a nulidade de atos processuais a demonstração do prejuízo sofrido.

3. "Para o reconhecimento da falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado" (REsp 1.378.557/RS, julgado pelo rito do art. 543-C do CPC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 21/3/2014; Súmula 533/STJ). 4. Na esteira dessa decisão, está reforçada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, na homologação da falta grave, não se exige nova ouvida judicial do condenado, quando a infração disciplinar foi devidamente apurada em procedimento administrativo no qual observados os postulados da ampla defesa e do contraditório, como na hipótese em apreço, em que o agravante foi ouvido na presença de defensor técnico.

5. Assentado pelas instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, que o agravante não teria observado as regras de comportamento na execução da pena incorrendo na prática de infração disciplinar de natureza grave, a alteração desse entendimento, a fim de descaracterizá-la para média ou leve, demanda o revolvimento da matéria fático-probatória, o que é inadmissível na via estreita do habeas corpus.

6. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, a perda de até 1/3 dos dias remidos, em razão da falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a própria legislação de regência, que estabelece a observância das diretrizes elencadas no art. 57

da LEP.

*Precedentes. 7. No caso, a perda de 1/3 dos dias remidos foi devidamente fundamentada, não se verificando, portanto, nenhuma ilegalidade imposta ao agravante, apta a autorizar a concessão da ordem, de ofício.*

8. *Agravo regimental não provido (AgRg no HC 352.132/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017).*

**EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO.  
ANOTAÇÃO DE FALTA GRAVE. POSTERIOR ABSOLVIÇÃO PELO  
CRIME QUE ENSEJOU A ANOTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO  
ILEGAL CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.  
ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

(...).

*III - Esta Corte possui entendimento no sentido de que "muito embora se reconheça a independência entre as instâncias administrativa, civil e penal, não pode subsistir o reconhecimento de falta disciplinar de natureza grave decorrente do suposto cometimento de crime diante da posterior absolvição." Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para cassar a decisão do juízo de primeiro grau que determinou a anotação de falta grave pelo cometimento de crimes pelos quais o paciente restou absolvido, determinando-se ao Juízo da Execução que reaprecie o pedido de progressão de regime prisional do paciente, à luz do art.*

*112 da Lei de Execução Penal (HC 289.123/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 11/06/2015).*

Ademais, não obstante o Juízo de primeiro grau ter afirmado que o "reconhecimento da falta" não integrava sua esfera de competência, ao realizar o controle de legalidade, findou por analisar o ato praticado pelo paciente – inobservância ao dever de obediência a servidor (fl. 90) –, concluindo que sua conduta configurou falta grave, nos termos dos art. 39, inc. II e V, c/c o art. 50, inc. VI, ambos da LEP.

Nesse diapasão, não há falar em violação ao princípio constitucional de inafastabilidade do controle jurisdicional, porquanto o Magistrado exerceu a prestação jurisdicional, proferindo decisão fundamentada em elementos colhidos no PAD e na legislação de regência.

A propósito, cito precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.**

EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. AUDIÊNCIA DO SENTENCIADO EM JUÍZO. PRESCINDIBILIDADE. OITIVA REALIZADA DURANTE O PAD COM A PRESENÇA DE DEFESA TÉCNICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO RECONHECIMENTO DA FALTA DISCIPLINAR. SANÇÃO COLETIVA. NÃO OCORRÊNCIA. ATIPICIDADE OU DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. IMPOSSIBILIDADE DE INCURSÃO NA SEARA FÁTICO-PROBATÓRIA. DIAS REMIDOS. MOTIVAÇÃO CONCRETA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO IMPROVIDO.

**1. Não há falar em nulidade do processo administrativo disciplinar por contrariedade aos postulados do contraditório e da ampla defesa se restaram observadas as formalidades legais, com prévia manifestação da defesa dos envolvidos na infração disciplinar e acompanhamento do sentenciado por assistente jurídico. Necessidade de comprovação do prejuízo processual arguido para que constatado o constrangimento ilegal.**

2. Pacificou a jurisprudência ser desnecessária nova oitiva do condenado, perante o Juízo, se já realizada, com a presença de defesa técnica, durante o procedimento administrativo que apurou a falta disciplinar. Precedentes.

**3. Não há ofensa ao princípio da motivação se o Juízo, em direta alusão ao processo administrativo disciplinar, fundamentou o reconhecimento da infração disciplinar de natureza grave.**

4. A vedação atinente à aplicação de sanção coletiva não se enquadra ao caso, que se restringe à imposição da penalidade aos reeducandos participantes, devidamente identificados por meio de testemunhos. Hipótese de "autoria coletiva" e não de "sanção coletiva".

5. Se as instâncias ordinárias concluíram que os atos praticados no interior do estabelecimento prisional configuram falta grave, a desclassificação para falta média ou leve ou o reconhecimento de sua atipicidade demandaria incursão na seara fático-probatória, insuscetível de ser realizada na via estreita do writ.

6. Em tendo o juiz levado em conta os critérios estabelecidos no art. 57 da Lei de Execuções Penais na imposição do quantum relativo à perda dos dias remidos, não há falar em constrangimento ilegal.

7. Decisão monocrática mantida por seus próprios fundamentos.

8. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 397.260/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 14/03/2018).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL.

INFRAÇÃO DISCIPLINAR. FALTA CLASSIFICADA COMO DE NATUREZA LEVE PELO CONSELHO DISCIPLINAR PENITENCIÁRIO. NOVA CLASSIFICAÇÃO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. POSSIBILIDADE. CONTROLE DE LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO. PRECEDENTES. PRÁTICA DE CRIMES DE AMEAÇA E DE DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. DESRESPEITO À ORDEM DE SERVIDOR. FALTA GRAVE CARACTERIZADA. ART. 50, IV, E ART. 52, AMBOS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

*I - Segundo restou decidido no REsp n. 1.378.557/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, o poder disciplinar na execução das penas será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado, cabendo ao Diretor da Unidade Prisional apurar a conduta faltosa do detento e realizar a subsunção do fato à norma legal, nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei de Execução Penal.*

*II - Em que pese seja da autoridade administrativa (Diretor da Unidade Prisional ou Conselho Disciplinar) a atribuição de apurar e classificar a infração disciplinar, as decisões por ela proferidas são atos administrativos, passíveis, portanto, de controle de legalidade pelo Poder Judiciário, conforme reconhecido no julgamento do REsp. n. 1.378.557/RS.*

*III - Desta forma, uma vez provocado, pode o d. Juízo da Execução verificar a legalidade da decisão e a própria natureza da falta disciplinar, seja para afastar a falta grave, nos casos em que a conduta não se enquadra nas hipóteses taxativamente previstas nos arts. 50 e 52 da Lei de Execução Penal, seja para reconhecê-la, quando constatado que a conduta praticada pelo detento está tipificada em referidos dispositivos, não estando vinculado à decisão do Diretor da Unidade Prisional ou do Conselho Disciplinar.*

*IV - "É possível o controle judicial - pelo Juízo da execução penal - sobre decisão de Conselho Disciplinar que, no uso de suas atribuições, concluiu pelo cometimento de falta disciplinar de natureza média imputada a reeducando do sistema prisional" (HC n. 381.237/MG, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 23/3/2017).*

*Agravo regimental não provido (AgRg no HC 379.521/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 26/09/2017).*

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

